

PLANO DE TRABALHO

DADOS DO PLANO DE TRABALHO

Projeto de Pesquisa:	PVC543-2021 - Gestão Democrática na Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia: contradições e resistências (2013-2020)
Orientador:	EVELYN IRIS LEITE MORALES CONDE
Centro:	DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - NUCSA
Departamento:	DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - NUCSA
Discente:	201720651 - ELAINE TEIXEIRA PEDRO
Tipo de Bolsa:	VOLUNTÁRIO (IC)
Direcionamento(s) da bolsa:	Iniciação Científica
Status do Plano:	EM ANDAMENTO
Cota:	PIBIC-CNPQ 2021/2022 (20/07/2021 a 31/08/2022)
Edital:	(INSCRIÇÕES ENCERRADAS) EDITAL 2021/PIBIC/DPESQ/PROPESQ

CORPO DO PLANO DE TRABALHO

Título

Características político-administrativas dos governos estaduais de Rondônia na vigência da lei de gestão democrática da rede pública de ensino (2013-2020)

Introdução e Justificativa

O presente Plano de Trabalho Voluntário de Iniciação Científica é parte do projeto de pesquisa Gestão Democrática na Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia: contradições e resistências (2013-2020), de caráter documental, que tem como objetivo analisar os movimentos da Lei da Gestão Democrática na Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia entre os anos de 2013 e 2020. A Lei nº 3.018 foi aprovada em 17 de abril de 2013, no primeiro governo de Confúcio Moura (2011-2014), do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e atendeu a demanda da comunidade educacional do setor público do Estado e passou por diferentes modificações desde então, por meio de alterações promovidas pelo legislativo estadual.

No percurso da vigência da referida Lei, observa-se o movimento da Assembleia Legislativa de Rondônia (ALE/RO), com o Projeto de Lei Ordinária nº 338, que dispõe da revogação da Lei nº 3.018/2013, apresentado e aprovado em sessão plenária de 12 de novembro de 2019; posteriormente, sendo vetado em Sessão Plenária de 12 de dezembro do mesmo ano.

Com o veto no legislativo estadual, no mesmo dia, a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), por meio da Portaria nº 7.594/2019/SEDUC-GGE, instituiu critérios técnicos, normas e perfil profissional para a designação de diretores e vice-diretores para as escolas da Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia (RONDÔNIA, 2019), sobrepondo-se à Lei nº 3.018/2013. A série de critérios técnicos para a função gerou resistência do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Rondônia (SINTERO), que, em seguida, impetrou Mandado de Segurança sobre a consulta à comunidade para diretores da Rede Estadual de Educação no Tribunal de Justiça de Rondônia, que resultou em indeferimento pelo órgão judiciário (RONDÔNIA, 2020).

Destaca-se que entre os anos de 2013 e 2020, são identificados três mandatos governamentais em Rondônia, materializados por três diferentes Chefes do Poder Executivo estadual: primeiro Governo de Confúcio Aires Moura (2011-2014), do então PMDB, tendo como vice-governador, Airon Gurgacz, do Partido Democrático Trabalhista (PDT); segundo governo de Confúcio Aires Moura (PMDB), reeleito para o mandato de 2015 a 2018, mas, como vice-governador diferente, sendo Daniel Pereira, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que assumiu o Governo Estadual em 6 de abril de 2018 até 31 de dezembro de 2018, em decorrência da candidatura de Confúcio Moura ao Senado Federal por Rondônia; e o Governo de Marcos José Rocha dos Santos, do Partido Social Liberal (PSL), eleito para a gestão referente aos anos de 2019 a 2022, tendo como vice-governador, José Atílio Salazar Martins, do PSL.

As gestões entre os anos de 2013 e 2020 já se mostram diferentes no decorrer dos anos, desde a própria concepção dos partidos políticos dos governantes, sendo estes, o então PMDB, atual MDB, partido de centro, que segue "diretrizes para a construção de uma democracia que compatibilize liberdade, igualdade, desenvolvimento e justiça social, sustentados no trabalho, na credibilidade e na esperança" (MDB, 2021); e PSL, partido de extrema direita, com ideais, entre outros, voltados ao conservadorismo e à iniciativa privada, entendendo que "quanto mais o Estado se intromete na vida das pessoas e empresas, mais ele atrapalha e sobrecarrega o livre mercado" (PSL, 2021); até a forma de apropriação dos termos sobre gestão da educação, um dos elementos de investigação do projeto de pesquisa que norteia esse Plano de Trabalho.

É necessário observar a natureza dos partidos políticos, sobretudo, no que se refere à gestão governamental, em razão da influência que estes exercem ao modo de governo ou ao tipo de gestão. É compreendida como uma forma de controle para a materialização de seu projeto societário, que possui finalidades distintas em cada governo, e, conseqüentemente, almejam controle diante dos aparelhos privados de hegemonia, como a escola, no caso desse projeto, no âmbito da gestão da educação. Nesse sentido, apreende-se a noção de partido no sentido ampliado, inserindo a sociedade civil em seu contexto, como na apreensão de Estado Ampliado (GRAMSCI, 2017). Conforme Saviani (2002, p. 4), partido político é o "organismo da sociedade civil que se relaciona diretamente com a sociedade política, visando a posse, o controle ou a fiscalização do aparelho governamental". Embute-se nessa compreensão, a noção de partido ideológico, sendo esse a representação de "modo mediato, ou seja, pela mediação dos partidos políticos" (SAVIANI, 2002, p. 4).

A diferença entre os governos, de diferentes partidos, pode colaborar para distintas formas de relações entre a representação da SEMED e, especialmente, na apropriação conceitual desses governos diante das políticas educacionais adotadas em seus respectivos mandatos, inferindo em formulações condizentes ao projeto de sociedade e educação dos quais mais se aproximam seus objetivos e concepções; uma vez que estes são parte da estrutura do Estado e participam das ações que abrangem os pedidos, a elaboração, o monitoramento e a avaliação das políticas educacionais.

Entende-se que há diferentes momentos relacionados ao cenário que envolve a proposição das políticas, como o caso da gestão da educação, e que a sua materialização das políticas é dependente da "intersecção entre regulamentação, regulação e ação política, marcados por disputas que traduzem os embates históricos entre as classes sociais e, ao mesmo tempo, os limites estruturais que demarcam as relações sociais capitalistas" (DOURADO, 2010, p. 679).

Nesse sentido, ao estudar o tema, é necessário compreender a dinâmica dos diferentes governos e suas concepções acerca da educação em cada mandato governamental no período proposto de análise, para subsidiar as análises do projeto maior sobre o movimento de contradições e resistências diante da materialização da Lei de Gestão Democrática da Educação em Rondônia entre 2013 e 2020.

Objetivos

Geral
- Caracterizar político-administrativamente os governos estaduais de 2013 até 2020, sendo observada a concepção de gestão apropriada por estes governos, especialmente, no que se refere à gestão da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

Específicos

- Identificar a gestão dos governos estaduais de Rondônia de 2013 a 2020, bem como partido político, coalização, e, especialmente, identificação dos secretários e superintendentes da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC);

- Relacionar as principais ações da gestão educacional dos governos estaduais de Rondônia, entre 2013 e 2020, por meio de documentos divulgados no portal da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), por meio de releases, e do Diário Oficial de Rondônia (DIOF), versão online.

Metodologia

O percurso da pesquisa contempla revisão bibliográfica sobre gestão escolar e gestão educacional, especialmente, gestão democrática de educação, com a leitura de textos dos seguintes autores: Cury (2007), Saviani (2002), Lima (2014; 2018), Dourado (2010), Oliveira (2015). A leitura dos textos servirá de base para compreensão dos termos e categorias sobre o tema de pesquisa, o que contribui, ainda, para a apreensão inicial científica sobre a gestão democrática da educação.

Quanto aos documentos, serão realizadas pesquisas em diferentes sítios eletrônicos para a coleta de informações referentes aos governos de Rondônia, entre 2013 e 2020, e a representação destes na Secretaria de Estado da Educação (SEDUC); bem como a pesquisa no Diário Oficial de Rondônia (DIOF), online, e portal da SEDUC para identificação dos atos dos referidos governos acerca da gestão educacional estadual, sejam em Portarias, Resoluções ou Decretos, e até mesmo em releases da secretaria.

Os documentos a serem identificados e analisados, são descritos por Evangelista (s.d., p. 6) como elementos que “[...] oferecem pistas, sinais, vestígios e compreender o significados históricos dos materiais encontrados é sua tarefa. Importará compreender sua posição em relação à sua história, à história de seu tema e à história da produção de sua empiria”. Ao serem analisados, importará, mais que sua quantidade, a capacidade de produzir um diálogo produtivo com esses documentos.

A análise dos documentos, e suas interrelações, será conduzida de modo a produzir inferências embasadas na concepção teórica adotada, considerando “Situação concreta que é visualizada segundo o contexto histórico e social de sua produção e recepção” (CAMPOS, 2004, p. 613).

Habilidades Adquiridas

O acadêmico de iniciação científica poderá adquirir habilidades referentes à leitura de textos científicos que servirão de base para compreensão dos termos e categorias sobre o tema de pesquisa, sendo estes a caracterização político-administrativa do governos do estado de Rondônia, tipo de governo, a partir de seus programas partidários e gestão democrática destas gestões, entre os anos de 2013 a 2020; e, assim, contribuir para uma apreensão inicial científica crítica sobre a gestão democrática da educação nestes governos.

Outros aspectos a serem considerados acerca das habilidades adquiridas são a respeito da oportunidade de observação da natureza dos partidos políticos, sobretudo, no que se refere à gestão governamental, em razão da influência que estes exercem ao modo de governo ou ao tipo de gestão, diante do recorte temporal selecionada à pesquisa, 2013 a 2020, que abrangem os governos de Confúcio Aires Moura (2011-2014), do então PMDB, tendo como vice-governador, Aírton Gurgacz, do Partido Democrático Trabalhista (PDT); segundo governo de Confúcio Aires Moura (PMDB), reeleito para o mandato de 2015 a 2018, mas, com vice-governador diferente, sendo Daniel Pereira, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que assumiu o Governo Estadual em 6 de abril de 2018 até 31 de dezembro de 2018, em decorrência da candidatura de Confúcio Moura ao Senado Federal por Rondônia; e o Governo de Marcos José Rocha dos Santos, do Partido Social Liberal (PSL), eleito para a gestão referente aos anos de 2019 a 2022, tendo como vice-governador, José Atílio Salazar Martins, do PSL.

Assim, o acadêmico terá conhecimento da realidade político-administrativa do Governo do Estado de Rondônia e, de forma, crítica, apreendê-la no plano histórico de suas ações governamentais na área da Educação.

Referências

CAMPOS C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, 2004, set/out; 57.

CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. RBPAE, Porto Alegre: Associação Nacional de Política e Administração da Educação, v. 23, n. 3, set./dez. 2007.

DOURADO, L. F. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul.-set. 2010.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. (sem data). Disponível em: [http://moodle3.nead.uem.br/pluginfile.php/30539/mod_resource/content/1/Olinda Evangelista - Apontamentos.pdf](http://moodle3.nead.uem.br/pluginfile.php/30539/mod_resource/content/1/Olinda%20Evangelista%20-%20Apontamentos.pdf). Acesso em: 10 mar. 2021.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. vol. 3. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

LIMA, L. C. A gestão democrática das escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária? Educação & Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1067-1083, out.-dez., 2014.

LIMA, L. C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 68, p. 15-28, mar./abr. 2018.

MDB. Movimento Democrático Brasileiro. Programa Partidário. Disponível em: <https://www.mdb.org.br/conheca/programa-partidario/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

OLIVEIRA, D. A. Nova gestão pública e governos democráticos populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito a educação. Educação & Sociedade, Campinas, v. 36, jul./set. 2015.

PSL. Partido Social Liberal. Nossos ideais. Disponível em: <https://psl.org.br/ops/#nossos-ideais>. Acesso em 14 jun. 2021.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. G. Dicionário de Comunicação. 5 ed. Editora Campos: Rio de Janeiro, 2001.

RONDÔNIA. Lei nº 3.018, de 17 de abril de 2013. Dispõe sobre a Gestão Democrática na Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Rondônia. Ano XXIX, Porto Velho, Rondônia, 17 abr. 2013. Caderno nº 2198. Disponível em: http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2013/04/doe_17_04_2013.pdf Acesso em: 28 fev. 2021.

RONDÔNIA. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça de Rondônia. Processo nº 0805079-74.2019.8.22.0000. Mandado de segurança coletivo. 2 jun. 2020. Disponível em: <https://tj-ro.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/864026654/mandado-de-seguranca-coletivo-ms-8050797420198220000-ro-0805079-7420198220000/inteiro-teor-864026789?ref=juris-tabs> Acesso em: 28 fev. 2021.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Educação. Portaria nº 7.594/2019/SEDUC-GGE. Institui critérios técnicos, normas e perfil profissional para a designação de diretores e vice-diretores para as escolas da Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia. Diário Oficial de Rondônia, Ed. 237, Porto Velho, Rondônia, 18 dez. 2019. Disponível em: <http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2019/12/DOE-18.12.2019.pdf> Acesso em 28 fev. 2021.

SAVIANI, D. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividade	2021						2022							
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA			X	X	X	X	X							
COLETA DOS DADOS				X	X	X								
ORGANIZAÇÃO DOS DADOS PARA ANÁLISE						X	X							
ANÁLISE DOCUMENTAL PRELIMINAR								X						
ENTREGA DE RELATÓRIO PARCIAL DE PESQUISA								X						
FINALIZAÇÃO DA ANÁLISE DOCUMENTAL									X	X				

Atividade	2021						2022							
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA											X	X		
ENTREGA DE RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA													X	
APRESENTAÇÃO SEMINÁRIO PIBIC/UNIR /VOLUNTÁRIO														X

HISTÓRICO DE BOLSISTAS

Discente	Data de Indicação	Início	Fim
201720651 - ELAINE TEIXEIRA PEDRO	23/07/2021 19:25:09	23/07/2021	

PARECER CONSULTORES

Data/Hora	Parecer	Usuário
23/06/2021 18:06	<p>O título é original, objetivo e adequado ao plano de trabalho, pois que analisa a Gestão Democrática na Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia, as contradições e resistências (2013-2020), objetivando analisar a concepção de gestão apropriada pelos governos estaduais, especialmente, no que se refere à gestão da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).</p> <p>A introdução evidencia o problema a ser pesquisado e o expõe de forma concisa e compreensível ao aluno de iniciação científica, o problema observado justifica o desenvolvimento da pesquisa em virtude da necessidade de compreender a dinâmica dos diferentes governos e suas concepções acerca da educação em cada mandato governamental a fim de subsidiar as análises do projeto maior sobre o movimento de contradições e resistências diante da materialização da Lei de Gestão Democrática da Educação em Rondônia entre 2013 e 2020.</p> <p>O objetivo geral é claro e retrata de forma compreensível ao aluno a pertinência do problema a ser pesquisado, os objetivos específicos evidenciam a resolução do problema discriminado pelo objetivo geral, apresentando-se de maneira clara e consistente.</p> <p>A proposta metodológica é clara, sua redação favorece à compreensão do aluno, é adequada a resolução do problema; quanto à literatura proposta é atual, científica, pertinente e disponível ao aluno, em seu conjunto, alcança os cenários e as narrativas possíveis a fim de contribuir para a resolução do problema proposto.</p> <p>O cronograma de atividades está bem delineado e descreve de forma clara para o aluno as etapas correlatas à assimilação de informações e de execução de trabalhos pertinentes ao desenvolvimento do plano, é exequível no período estabelecido para a sua execução.</p> <p>Em sendo assim, o PARECER é favorável à aprovação do projeto.</p>	(c91)

HISTÓRICO DO PLANO DE TRABALHO

Data/Hora	Situação	Tipo de Bolsa	Usuário
23/06/2021 18:06	APROVADO	VOLUNTÁRIO (IC)	(c91)